

DECRETO Nº 029/2024

Nº de ordem	029/2024
Registrado no Livro de Arquivo Próprio e Publicado no placar da Prefeitura	
Data:	30/01/2024
Responsável	<i>Francysa Guarniel</i>

“INSTITUI A COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA PARCERIAS, CELEBRADAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E NOMEIA SEUS MEMBROS, NO ÂMBITO DA LEI 13.019/2014 DE 31 DE JULHO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTIVIDIU, ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais.

CONSIDERANDO os termos da Lei Federal 13.019/2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

CONSIDERANDO a necessidade de selecionar a parceria mais vantajosa a ser celebrada entre a Administração Pública e a Organização da Sociedade Civil

CONSIDERANDO o cumprimento do disposto no inc. X do Art. 2º e § 1º do art. 27 da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída no âmbito da Administração Pública Municipal a Comissão de Seleção de parcerias.

Paragrafo único: Considera-se a Comissão de Seleção de parcerias como instância administrativa destinada a processar e julgar chamamentos públicos no âmbito da Lei 13.019/2014.

Art. 2º. Compete a Comissão de Seleção:

I - Processar e julgar os credenciamentos do Chamamento Público

II - Classificar, analisar documentos e homologar as parcerias quando hipótese de processo de dispensa de chamamento, nos prazos previstos.

Art. 3º. Em respeito ao princípio da publicidade a comissão de seleção deve solicitar que a Administração Municipal realize a divulgação dos atos necessários, inclusive o resultado do julgamento, em até dez dias, em página do sítio oficial da administração municipal na internet ou sítio eletrônico oficial equivalente.

Art. 4º. A Comissão de Seleção deverá exigir da Organização da Sociedade Civil classificada e selecionada, o atendimento aos requisitos previstos e exigidos na Lei 13.019/2014 e suas alterações.

§ 1º. O não atendimento dos requisitos previstos na Lei 13.019/2014 deve a Comissão de Seleção proceder a verificação da Organização da Sociedade Civil posteriormente classificada, e assim sucessivamente.

§ 2º No caso de nenhuma Organização da Sociedade Civil atender os dispositivos da Lei 13.019/2014, deverá ser realizado novo Chamamento Público.

Art. 5º. Para nomeação dos membros da Comissão de Seleção, o município de Montividiu deve observar a indicação de pelo menos 02 (dois) servidores efetivos e ainda cumprido o estágio probatório.

Art. 6º. Devem integrar a Comissão de Seleção de parcerias, os servidores públicos municipais com conhecimento técnico e habilitação adequada, além dos seguintes requisitos mínimos:

I - Gozar de boa reputação ética-profissional;



II - Não estar, preferencialmente, respondendo a processo de sindicância ou processo administrativo disciplinar;

III - Não possuir em seus registros funcionais punições em decorrência da prática de atos lesivos ao patrimônio público, em qualquer esfera do governo;

Art. 7º. O servidor nomeado está impedido de participar da comissão de seleção de parcerias, se nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos 1(uma) das OSCs participantes do chamamento público.

Art. 8º. Fica impedido de compor a comissão, servidor que tenha parentesco com dirigentes ou membros da diretoria da Organização da Sociedade Civil, inclusive de seus cônjuges ou companheiros, bem como se for parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Art. 9º. Nos termos dos artigos 7º e 8º, o membro da comissão de seleção tem o dever de abstenção ou se declarar suspeito ou impedido para julgamento, sendo necessário a nomeação de membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído

Parágrafo único: O impedimento tem caráter objetivo, enquanto que a suspeição tem relação com o subjetivismo do membro da comissão.

Art. 10. Caso o membro suspeito ou impedido não se autodeclare e constatada a irregularidade prevista nos artigos 7º e 8º, todos os Atos da Comissão de Seleção, relativo ao certame são nulos.

Parágrafo único: No caso da omissão disposta nos artigos 7º e 8º devem os membros da comissão de Seleção solicitar a abertura de sindicância, ao órgão municipal competente, para apuração dos fatos e autoria.

Art. 11. Ficam nomeados os seguintes servidores municipais para composição da Comissão de Seleção de parcerias firmadas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.

I - Presidente: Marianne Silva Oliveira – Coordenadora da Assistência Social - Efetivo

II - Membro: Elizabeth Faria Gonçalves – Coordenadora do CREAS - Efetivo

III - Membro: Roney Cirino de Almeida - Diretor de Recursos Humanos - Efetivo

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MONTIVIDIU, aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro de 2024.



EDSON BUENO COUTINHO
Prefeito Municipal